

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

LEI COMO ACORDO: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO SOFISTA

Autores:

LUCAS MACEDO SALGADO GOMES DE CARVALHO (XX PIBIC 2011/2012)

BRUNO AMARO LACERDA (ORIENTADOR)

Resumo:

O projeto investigou a ideia de lei no movimento sofista, sem que a pesquisa significasse um mero estudo historiográfico do século V a.C., ou uma tentativa de renovação do referido movimento. O objetivo foi encontrar possíveis contribuições do pensamento sofista para o debate atual sobre o que é a norma jurídica. A escolha de tais pensadores ocorreu devido à visão hoje consolidada de que os sofistas viam a lei como uma convenção, o produto de um acordo entre homens e, deste modo, teriam antecipado a principal característica do pensamento jurídico atual: a produção das normas por meio do consenso. Podem ser elencados como traços dominantes do movimento sofista o relativismo, o subjetivismo, a crença única no mundo fenomenal e a proximidade com a democracia. Desse modo, tais pensadores afastaram fundamentações religiosas e suprassensíveis para a lei e passaram a vê-la como algo especificamente humano, o que representou um marco no pensamento da época. A grande contribuição dos sofistas, especialmente Protágoras, para o atual debate sobre a lei, foi fundamentar o fenômeno jurídico como um acordo ético. De fato, o movimento via as normas como fruto do que uma determinada sociedade admitia como justo, mas também percebeu o caráter insatisfatório das leis vistas como mero produto de um pacto social. Sendo o resultado da vontade humana, as normas poderiam se tornar, e de fato tornavam-se, apenas uma formalidade, deixando de refletir os valores responsáveis pela promoção da excelência do homem. Para que as leis não se tornassem um mero acordo, Protágoras defende, em sua doutrina do "homem-medida", que, além de justas, ou seja, produto de uma convenção, elas deveriam também ser boas, capazes de impulsionar a melhora da sociedade. Para se alcançar esse estado superior é preciso que a população seja convencida, através do discurso, a considerar justo o que lhe é benéfico ao invés do que lhe é pernicioso. Conclui-se que a contribuição do pensamento sofista para o debate jusfilosófico hodierno foi indicar um caminho para produção de leis democráticas, justas e boas.